



Quarta • dia 5 • 9h  
**TODOS À CFT!**

Vamos pressionar  
os deputados e exigir a  
votação do PL 6613

## Puty, Rui Costa & Cia da CFT: pressão neles!

No cabo de guerra em que se transformou o PL 6613 os servidores já deram três nós! Há três semanas não se vota absolutamente nada na Comissão de Finanças e Tributação. Contando o feriado de 7 de setembro, são quatro semanas. No dia 21/09, em razão de uma alteração da Ordem do Dia a reunião foi convenientemente cancelada. O Partido dos Trabalhadores, nos dias 14 e 28/09, em atitude de desespero, entrou em obstrução impedindo a aprovação de nosso projeto.

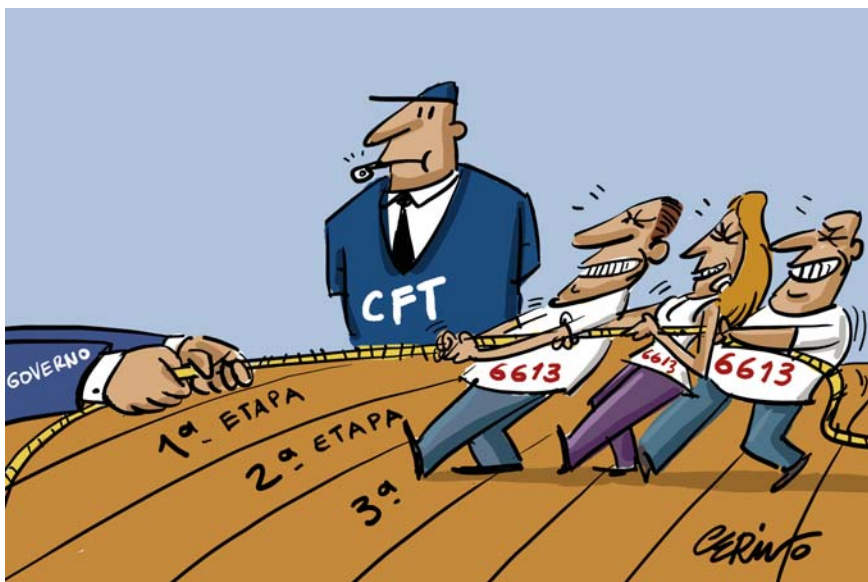
Todos que acompanham o Congresso sabem que a obstrução é uma alternativa utilizada pelos parlamentares quando não tem força suficiente para rejeitar uma determinada matéria, porém, podem atrapalhar o andamento da reunião retirando o quorum.

Os requerimentos de inclusão de pauta apresentados nas reuniões anteriores receberam, mesmo com o PT em obstrução, dez votos favoráveis. Na primeira vez, teve quatro votos contrários. Na segunda, apenas um. Ou seja, há um clima favorável à votação do PL 6613.

Clima esse que foi construído a partir de muita pressão. O Sindjus está realizando um trabalho permanente na Câmara dos Deputados. Nas últimas semanas, os coordenadores e os delegados sindicais percorreram gabinetes de membros da CFT e de lideranças partidárias. Entregaram cartas, falaram com parlamentares, com assessores, enfim, marcaram em cima. A pressão tem mexido tanto com alguns parlamentares, que alguns, nos bastidores ou nas próprias reuniões da comissão, têm reclamado.

Fontes seguras garantem que Puty não vai conseguir segurar a votação do PL 6613 por muito tempo. Já a expectativa é de que ele coloque nosso projeto na pauta da próxima reunião.

Vamos não só persistir, mas intensificar o nosso movimento. Ou o governo desiste de esvaziar as reuniões votando o requerimento de inclusão de pauta ou a sociedade acumulará grandes prejuízos, pois, em razão desta "atitude irresponsável" muitos projetos importantes para o país estão parados na comissão. O desgaste político também tem sido enorme. Sendo assim, vamos continuar fazendo marcação cerrada nos deputados da CFT até que eles cedam à votação do PL 6613.



### Segunda e terça no aeroporto

Na próxima segunda (3/10) e terça-feira (4/10), os servidores podem se juntar aos delegados sindicais para recepcionarem os membros da CFT no aeroporto JK. A ideia é pressionar esses deputados desde o momento em que eles pisarem em Brasília. Vamos conversar, vamos pedir, vamos fazer barulho, vamos dar visibilidade ao nosso movimento com adesivos, faixas e cartazes.

### Cartas e emails todos os dias

Tem assessor de deputado dizendo que não agüenta mais receber tantos emails com cartas dos servidores do Judiciário. Isso nos estimula a quê? A enviar mais e mais cartas. Acesse nosso site [www.sindjusdf.org.br](http://www.sindjusdf.org.br) e envie o maior número de cartas pedindo a aprovação do PL 6613 que puder. Precisamos, a cada novo dia, fortalecer nosso processo de mobilização atuando em várias frentes.

### Na quarta-feira, todos à Câmara

Vamos com força total à reunião da Comissão de Finanças e Tributação de quarta-feira (5/10). Temos que conversar com os deputados antes mesmos deles entrarem no plenário. Grupos de servidores podem ficar concentrados nos gabinetes esperando a saída dos parlamentares, de modo a acompanhá-los durante todo o trajeto até o plenário. Os servidores estão convidados a levarem cartazes com palavras de ordem exigindo a votação e aprovação do PL 6613/09. Vamos transformar a CFT num verdadeiro caldeirão.

## MANDADO DE SEGURANÇA

# Últimos dias para Dilma se pronunciar

A notificação do ministro do STF Luiz Fux (foto), relator do MS impetrado pelo Sindjus, para a presidenta Dilma Rousseff (foto) se pronuncie quanto ao corte feito no Orçamento do Judiciário, foi recebida na Presidência da República no dia 22 de setembro, às 17h.

A decisão de Fux (16/9) foi pelo direito do contraditório, dando dez dias de prazo para a presidenta se manifestar, mas pelo visto ela não quer ou não tem como fazer a defesa da atitude inconstitucional que tomou ao não incluir o reajuste dos magistrados e dos servidores na PLOA de 2012.

Dilma - que ainda não respondeu oficialmente - já disse ao Estado de São Paulo que não pretende cumprir a decisão do STF, tomada em 3 de agosto durante sessão administrativa. Nós, servidores do Judiciário, temos que cumprir nosso papel e pedir para que Fux decida o MS mesmo sem uma resposta de Dilma. Fique atento, pois vamos iniciar um trabalho no STF voltado exclusivamente para esse ponto.

A diretoria está analisando a realização de mobilizações na frente do Supremo e envio de cartas eletrônicas ao relator.



Foto Arquivo



## Aposentadoria especial para taquígrafos é aprovada na CTASP

No dia 28 de setembro, o Projeto de Lei 7358/10, que cria aposentadoria especial para taquígrafos, foi aprovado na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados. O relator do projeto na CTASP foi o deputado Policarpo.

O projeto, de autoria do deputado Valtenir Pereira (PSB-MT), prevê aposentadoria especial para taquígrafos aos 25 anos de trabalho. A proposta também fixa a carga horária de 6 horas diárias e 30 horas semanais para esses profissionais. Atualmente, os taquígrafos não têm carga horária nem regime de aposentadoria diferenciados.

Esse projeto é uma vitória para a valorização dos taquígrafos, pois a atividade pode acarretar uma série de doenças físicas e psicológicas. Em seu relatório, Policarpo concorda com o autor nessa questão ao justificar seu voto: "o exercício da atividade de taquigrafia merece estar subordinado a condições especiais de trabalho tendo em vista ser extremamente exaustivo e prejudicial à saúde do profissional".

O relator também propôs algumas alterações de modo a aprimorar o projeto, apresentando Substitutivo. Dentre elas, que fossem aplicados aos taquígrafos "os benefícios pertinentes ao

exercício das profissões de nível de graduação ou de nível superior." Outra mudança se dá no sentido de que não há razão de o horário noturno desses profissionais ser diferente do que hoje é estabelecido para os trabalhadores em geral. Também pediu para que fique claro na lei que o taquígrafo fará jus ao pagamento do adicional de insalubridade desde o início da relação de trabalho.

O projeto tramita em caráter conclusivo - rito de tramitação pelo qual o projeto não precisa ser votado pelo Plenário, apenas pelas comissões designadas para analisá-lo.